



## EIXO TEMÁTICO 3 | DEMOCRACIA, CONTROLE SOCIAL E GESTÃO

### DEMOCRACIA BRASILEIRA SOB A ÉGIDE NEOLIBERAL: tendências e desdobramentos

Gabriele Ponciano da Silva<sup>1</sup>  
Maria Lúcia Duriguetto<sup>2</sup>

#### RESUMO

O presente artigo objetiva apresentar os principais desdobramentos e tendências do regime político brasileiro que emergiu pós década de 1980, período histórico da transição política do regime da autocracia burguesa para o da democracia liberal. Explicitaremos alguns dos principais processos políticos que circunscreveram a “Nova República” consagrada pela Constituição Federal de 1988 bem como evidenciaremos as alterações que vêm ocorrendo no atual regime político brasileiro, mediadas pelos governos que sucederam ao golpe de 2016.

**Palavras-Chaves:** Formação Econômico-Social Brasileira. Regime Político. Projeto Societário.

#### ABSTRACT

This objective article presents the main developments and trends of the Brazilian political regime that emerged in the 1980s, the historic period of the bourgeois autocracy regime's policy for liberal democracy. Explain some of the main political processes involving the “New Republic” enshrined in the Federal Constitution of 1988, as well as highlight the changes that occur in the current Brazilian political regime, mediated by the governments that followed the 2016 coup.

**Keywords:** Brazilian Economic-Social Formation. Political Regime. Corporate Project.

## 1 INTRODUÇÃO

---

<sup>1</sup> Assistente Social, doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: gabriele.ponciano@gmail.com

<sup>2</sup> Assistente Social. Pós-doutorado pela Universidade de Calábria – Itália. Prof.ª. Titular da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. (UFJF, Juiz de Fora, Brasil). E-mail: maluduriguetto@gmail.com

O presente artigo objetiva apresentar alguns dos principais desdobramentos e tendências do regime político brasileiro que emergiram no pós década de 1960, regime resultante da transição política que evidenciou a derrocada da ditadura civil militar impulsionada pelo *processo* do avanço de um movimento democrático e popular no final da década de 1970 e ao longo da década de 1980.

A luta democrática encampada por diferentes organizações e movimentos sociais presentes na sociedade civil durante aqueles anos apontava para possíveis mudanças substantivas na histórica estrutura autocrática e autoritária do país. As disputas em torno da constituinte sintetizaram esse cenário de tensionamentos e acirramentos e, posteriormente, a consolidação da Constituição Federal de 1988 cristalizou avanços de cunho democrático ao mesmo tempo que, também, garantiu a permanência de aspectos autocráticos e autoritários<sup>3</sup>.

Assim, o referido texto constitucional teve um efeito duplo e contraditório, pois resguardou os interesses autoritários e autocráticos das frações da burguesia, mas, concomitantemente, incorporou elementos democráticos que, em certa medida, foram funcionais para o avanço do acirramento dos antagonismos no bojo da “Nova República” no curso da década 1980.

No entanto, sob os influxos determinantes da crise do capital e sua *onda longa de recessão econômica* (MANDEL, 1982) - um novo padrão de acumulação (a era da “acumulação flexível”) como base material de um novo padrão de regulação estatal (as políticas de ajustes econômicos e sociais neoliberais) impactaram regressivamente um possível processo de “ampliação” do regime político, abrindo alas para a hegemonia de um regime “democrático blindado” (DEMIER, 2017). A seguir, exporemos alguns dos principais processos econômico-políticos que têm configurado a blindagem da democracia brasileira e alterado o conteúdo do regime político de hoje.

---

<sup>3</sup> [...] Seu texto consagra avanços significativos em termos de ampliação da base representativa da dominação clasista, como o reconhecimento do direito de voto para os analfabetos e subalternos militares, e em termos da liberdade de organização popular, com a supressão de alguns elementos da estrutura sindical corporativista herdada da ditadura do Estado Novo. Por outro lado, superdimensiona o papel das Forças Armadas, preservando muitas de suas prerrogativas. A Carta de 1988 representa, ainda, a concretização de uma reforma proposta pelos críticos da democracia liberal desde, como já foi mencionado, o início do século XX: o reforço dos poderes do Executivo. Cumpriu este papel, em especial, a instituição da Medida Provisória, pela qual o presidente da República, sob alegação de urgência e relevância, pode baixar uma medida que só depois será apreciada pelo Congresso. Durante a ditadura, bem como no Estado Novo, essa função foi cumprida pelos decretos-leis (LEMOS, 2014, p. 135).

## 2 A DEMOCRACIA BRASILEIRA SOB A ÉGIDE NEOLIBERAL

A estratégia neoliberal no Brasil, após muitos tensionamentos, começou a ser implementada ao longo do governo de Fernando Collor (1990-1992), e atravessa todos os governos que o seguiram. Merece destaque, nesse processo, os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 e 1999-2002), pois é sob a sua gestão que houve o controle da inflação a partir da implantação do “Plano Real”<sup>4</sup>, que relegou inúmeras derrotas ao movimento sindical e criou as condições para o avanço constante da revisão constitucional, que já estava em curso desde o governo Collor.

É nos seus governos que foi constituído o Plano Diretor da Reforma do Estado, em que ficaram explícitas as prioridades do Estado a partir das diretrizes preconizadas pelo Consenso de Washington. Uma agenda de reajustes no campo social e econômico, a fim de atender aos interesses do capital corporificou o “Plano Diretor” e implicou um período de abertura irrestrita da economia, de privatização em massa dos serviços estatais (estradas, energia, telefonia etc.), do apelo e reforço da filantropia (Programa Comunidade Solidária) em detrimento da responsabilização social estatal. Esta programática econômica e social erodia as possibilidades de uma intervenção estatal no campo dos direitos sociais, como aludidas na Carta de 1988. Dotar o Estado de amplas responsabilidades sociais também implicava, no entendimento de Bresser Pereira, o principal defensor da reforma administrativa, no agravamento da crise fiscal do Estado que, para Bresser, é a principal responsável pela crise da década de 1980 (DURIGUETTO, 2007, p. 176).

Em um contexto de refluxo das lutas sociais e prevalência da disputa política nos limites da institucionalidade burguesa, as estratégias contrarreformistas constitutivas do projeto neoliberal não se depararam com forças sociais coletivas organizadas capazes de barrá-las. Diante desse quadro, as eleições presidenciais de 2002 foram ansiadas por parcela significativa da classe trabalhadora como a reversão da condução das políticas neoliberais em curso. No entanto, a própria chegada de Lula/PT ao governo federal foi

---

<sup>4</sup>Sete políticas compuseram o Plano Real: primeiro, a liberalização das importações; segundo, a sobrevalorização da moeda; terceiro, liberalização dos fluxos internacionais de capital; quarto, liberalização financeira doméstica; quinta, altas taxas de juros; sexta, redução dos déficits nominais do setor público; sétimo, desindexação (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, pp.105-108).

possível mediante inclinação prévia do partido às medidas neoliberais e forjou um “pacto social”, como se refere Iasi (2017), ou *projeto de concertação social*, como considerou Demier (2017). Carcanholo (2010) fez a seguinte síntese ao considerar o processo que possibilitou a vitória de Lula/PT em 2002.

[...] a economia política do governo Lula podia ser antevista já durante a campanha eleitoral. Em meados de 2002, durante a campanha presidencial, a candidatura de Lula lança a Carta ao povo brasileiro, na qual se compromete a manter todos os contratos estabelecidos na economia, sinalizando para a manutenção da política econômica nos mesmos moldes. Em agosto de 2002, o ainda governo de Fernando Henrique Cardoso assina um acordo com o FMI dando garantias de manutenção da política econômica. Esse acordo teve uma revisão em março de 2003, já no governo Lula, mantendo as garantias. A sinalização dada pela Carta ao “povo” brasileiro não poderia ser mais clara: o governo Lula acatou o acordo, e tudo o que está implícito nele, como a manutenção do regime de metas inflacionárias, a política de megas superávits fiscais primários para pagar o crescente serviço da dívida pública, a manutenção do grau e da profundidade das reformas neoliberais realizadas até então, assim como a implementação de novas reformas ainda inconclusas, como a da previdência, a trabalhista e a sindical (CARCANHOLO 2010, pp. 112-3).

O elemento central da vitória de Lula/PT reside no *transformismo* que se efetivou no interior do partido e em sua linha estratégica. Nessa direção, Iasi (2017, p. 319) afirma que o “equivoco maior do PT e da Estratégia Democrática Popular foi se render aos limites da institucionalidade e governabilidade burguesa, bem como às amarras de um presidencialismo de coalisão”. Ao se afastar das estratégias de ativação popular, a qual possibilitaria à conformação de uma base popular que poderia dar sustentação e legitimação as investidas de um governo “democrático e popular”, o partido abdica da capacidade de luta da classe trabalhadora, ou seja, de uma governabilidade que se dirigisse contra os limites da ordem. Iasi, ao se referir aos processos políticos que possibilitaram a chega do PT ao governo federal bem como a sustentação de seus governos, pondera que prevaleceu um cenário que Florestan Fernandes<sup>5</sup> descartou em um primeiro momento: a democracia de cooptação, isto é, “[...] um tipo de democracia que em troca de adesão parcial dos trabalhadores ofereceria muito pouco, levando a uma forma ainda mais marcante de democracia restrita, uma democracia de cooptação” (IASI, 2017, p. 4).

---

<sup>5</sup> É importante salientar que Fernandes descarta esse cenário ao se deparar com um processo de ampla ativação popular ao final da década 1970 e que pôde incidir, em certa medida, pelo menos momentaneamente, no projeto de institucionalização da autocracia burguesa.

De acordo com Iasi (2017, p. 322) a democracia de cooptação, que se desenvolveu no bojo dos governos do PT, foi viabilizada por um pacto entre a pequena burguesia política, representada pelo PT, e setores das camadas dominantes da burguesia monopolista (industrial, agrária, comercial e financeira), que mediante os termos da “democracia de cooptação”, buscou a adesão dos segmentos da classe trabalhadora, ainda que oferecendo pouco em termos de direitos e acesso a bens e serviços. O autor pondera que o *pacto* se firmou em uma política de desenvolvimento econômico que deveria garantir os marcos necessários para a acumulação de capitais, o que supostamente levaria ao aumento da arrecadação e a lenta e focalizada transferência para políticas de amenização da miséria extrema. Iasi (2017, p. 323) chama a atenção que o meio para viabilizar o *pacto* seria o desenvolvimento de um “mercado de consumo de massas”, que exigiria facilidades para o capital em todos os seus setores: industrial, exportador e importador, agrário etc. A princípio, os efeitos do *pacto* se fizeram perceber em níveis de crescimento econômico, de emprego e de consumo, os quais garantiram patamares razoáveis para a acumulação de capitais e o funcionamento da democracia de cooptação. Reside, neste processo, o crescimento da exportação de *commodities* em um cenário econômico internacional favorável, mas que, por outro lado, significou o aprofundamento da dependência econômica<sup>6</sup>.

A aplicabilidade do *pacto* culminou no apassivamento da classe trabalhadora a partir da cooptação das lideranças de movimentos sociais e sindicais na ocupação das instâncias institucionais do governo e, concomitantemente, a abrangência de políticas sociais compensatórias e focalizadas a fim de administrar<sup>7</sup>, no campo do imediato, as necessidades e demandas dos segmentos subalternizados.

Ao considerar esse cenário, mais especificamente no quadro das eleições de 2006 em que Lula/PT foi eleito para seu segundo mandato, Oliveira (2010, pp. 24-5) explicitou:

---

<sup>6</sup>A melhora das contas externas só ocorreu por uma eventualidade conjuntural dos seguintes fatores: (i) alta no ciclo de liquidez internacional, o que reduz as taxas internacionais de juros, proporcionando um crescimento da economia mundial e uma redução no risco-país, que embasa o fluxo de capitais externos; (ii) forte crescimento da economia chinesa, que importa os produtos justamente que preponderam na pauta de exportações da economia brasileira; (iii) crescimento do preço das *commodities*, predominantes na estrutura exportadora do país (CARCANHOLO, 2010, p. 123).

<sup>7</sup> Destaca-se a abrangência da expansão da cidadania e a inclusão social por meio de programas sociais, entre os quais a transferência de renda, o aumento do salário-mínimo, programas sociais como o Bolsa Família, cotas de admissão em universidades e no serviço público, a expansão do acesso aos bens públicos, etc. Saad filho; Moraes (2018, p. 246).

[...] Talvez estejamos assistindo à construção de uma ‘hegemonia às avessas’ típica da era da globalização [...] A longa “era da invenção” forneceu a direção moral da sociedade brasileira na resistência à ditadura e alçou a questão da pobreza e da desigualdade ao primeiro plano da política. Chegando ao poder, o PT e Lula criaram o Bolsa Família, que é uma espécie de derrota do *apartheid*. Mais ainda: ao elegermos Lula, parecia ter sido borrado para sempre o preconceito de classe e destruídas as barreiras da desigualdade. Ao elevar-se à condição de *condottiere* e de mito, como as recentes eleições parecem comprovar, Lula despolitiza a questão da pobreza e da desigualdade. Ele as transforma em problemas de administração, derrota o suposto representante das burguesias – o PSDB, o que é inteiramente falso – e funcionaliza a pobreza. Esta, assim, poderia ser trabalhada no capitalismo contemporâneo como uma questão administrativa.

A partir de 2008, com a mudança da conjuntura econômica externa, temos o aprofundamento da crise econômica, o que provocou fissuras no *pacto* estabelecido durante a ascensão do PT ao poder. Se nos dois mandatos de Lula (2003-2006; 2007-2010) tais fissuras foram sendo contidas, com os impactos da crise cada vez mais aparentes, os governos de Dilma (2011-2014; 2015-2016) tiveram dificuldades de se legitimar e reafirmar o *pacto*.

[...] a partir da segunda metade do primeiro mandato de Dilma Rousseff, a situação infletiu visivelmente, com o desemprego aumentando e a inflação corroendo fortemente o poder de compra dos trabalhadores (que nunca foi alto, mas era significativo para os padrões nacionais das últimas décadas, sobretudo em função dos créditos consignados) e dos setores médios, estrangulados – assim como os assalariados – pela estrutura tributária do país, profundamente regressiva [...] O descontentamento social cresceu celeremente. As Jornadas de Junho de 2013<sup>8</sup> foram, de certa forma, uma expressão dessa nova situação. O alto custo de vida, o caos nos serviços públicos, e nos transportes em particular, tornou a vida quase insuportável para a maior parte da população, que iniciou vertiginosamente uma ruptura como o petismo no poder. Diante disso, até mesmo a capacidade do PT de domesticar os movimentos sociais e aplicar os ajustes tornou-se menor, diminuindo, por conseguinte, a sua serventia política ao capital (DEMIER, 2019, p. 40).

Assim, as bases da democracia de cooptação e do governo do pacto social deterioraram rapidamente, de modo que as manifestações de 2013 tocaram em uma das principais bases do pacto - a eficiência do apassivamento. Ao diminuir a capacidade de

---

<sup>8</sup> Em junho de 2013 ocorreram grandes mobilizações de massa nas ruas de todas as capitais do país. Inicialmente impulsionadas pela juventude organizada pelo Movimento Passe Livre-MPL contra o aumento da tarifa dos transportes, na sequência se ampliaram com a participação de diversos segmentos dos trabalhadores e com um amplo leque de protestos como o alto custo de vida e a ausência e/ou precarização de serviços de educação, saúde e habitação. Em 2014, os gastos com a Copa do Mundo em detrimento dos gastos com a educação, saúde, transporte, habitação, reforma agrária geraram também grandes mobilizações, que foram fortemente reprimidas (DEMIER; DURIGUETTO, 2017, pp. 15-16).

manter o apassivamento popular e, ao mesmo tempo, aplicar ajustes, o governo do pacto social - e a democracia de cooptação sustentada por ele - vai perdendo a utilidade para a hegemonia burguesa. É em torno das eleições presidenciais de 2014, sobretudo após o resultado desta, que a guinada conservadora acelera o processo corrosivo da democracia de cooptação e do pacto que a sustentava.

O pleito presidencial de 2014 evidenciou o recuo das frações dominantes na sustentação do pacto. No segundo mandato de Dilma temos o aprofundamento da crise econômica, o qual conferiu o esgarçamento total do pacto social sustentado ao longo dos governos petistas. Uma ação conjunta das frações da burguesia exigia medidas contrarreformistas e a radicalização do ajuste fiscal. Para a burguesia, esta recuperação não seria possível de ser levada a cabo pelo PT no ritmo exigido pelo cenário de recessão econômica Demier (2019, p. 28). Em suma, “[...] este é o foco que cimentou a *unidade de ação* das diferentes frações da burguesia para a deposição da presidente Dilma, no dia 31 de agosto de 2016” (DEMIER; DURIGUETTO, 2017, p. 13. Grifos dos autores).

De acordo com Iasi (2017, p. 02), o golpe expressou a superação da democracia de cooptação e cedeu espaço para uma nova forma institucional e política. Já para Demier (2017, p. 100), o golpe de 2016 eleva ao máximo um processo que iniciou com a “transição democrática”, se intensificou no bojo dos governos da direita neoliberal e atravessou os governos do PT, e encontra seu ápice com a investida golpista que irrompe a consagração de um regime democrático blindado sintonizado com os pressupostos do capitalismo monopolista sob a égide neoliberal. Sob a égide neoliberal, a democracia possível é a democracia blindada fundada em princípios minimalistas, restritos e funcionais à expansão e valorização do capital (DEMIER; DURIGUETTO, 2017, p. 8)<sup>9</sup>.

### **3 DEMOCRACIA BLINDADA: tendências e desdobramentos**

A democracia forjada nos moldes do modo de produção capitalista só pode ser concebida a partir de uma legalidade formal e abstrata. Posto isso, compreendemos que

---

<sup>9</sup>[...] Distintamente das democracias do *welfare state*, nas quais os movimentos sociais organizados conseguiam penetrar de forma mediada (majoritariamente por meio de representações políticas social-democráticas) nas instâncias institucionais do regime e pressionar pela implementação de suas posições, as tais *democracias blindadas* têm seus núcleos políticos decisórios (ministérios, secretarias, parlamentos, tribunais etc.) praticamente impermeáveis às demandas populares, mesmo as de viés reformista (DEMIER, 2013, p. 7).



no atual contexto de crise do capital, de abrangência neoliberal e hegemonia das finanças, é notória a supressão de direitos sociais com fortalecimento do mercado e total imunização do Estado face aos interesses dos segmentos subalternizados.

Consideramos que, no Brasil, esse processo tem efeitos particulares, tendo em vista o aprofundamento do desenvolvimento desigual e combinado que incide historicamente em nossa formação econômico social, em que há a prevalência de uma democracia restrita típica (FERNANDES, 2006), a qual traduz a impermeabilidade histórica de valores e práticas democráticas que confrontassem a nossa base arcaica marcada pelo autoritarismo autocrático.

Ao considerar a base de sustentação da democracia blindada, Demier e Duriguetto (2017, p.11) enfatizam o processo de hipertrofia dos aparatos coercitivos do Estado que objetiva incidir em todas as ações que se opõem à implementação da agenda contrarreformista. Tal processo pode ser constatado através da criminalização da pobreza, na judicialização do protesto social, na repressão política e na militarização<sup>10</sup>. No bojo da democracia blindada brasileira, a atuação do poder Executivo, Legislativo e Judiciário tende a legitimar a criminalização das tentativas de resistência dos segmentos subalternizados.

Assim, para apreendermos as bases constitutivas e de sustentação da democracia blindada pressupõe considerarmos que, em seu interior, há uma modificação das bases tradicionais de produção do consenso, visto que esta não se assenta mais na esfera dos direitos sociais, mas por meio do convencimento ideológico dos setores subalternizados da necessidade de aniquilação de tais direitos. Em suma, “[...] o corte de direitos sociais, o ataque aos direitos civis e políticos em geral é um traço do atual fastígio do regime *democrático-blindado*, que faz do mesmo uma democracia cada vez menos democrática, mais restritiva e, portanto, mais violenta” (DEMIER, 2019, p. 33. Grifos do autor).

---

<sup>10</sup>Ainda sobre a hipertrofia dos aparatos coercitivos e repressivos, Demier (2013, p. 4, Grifos do autor) pondera que o crescimento da repressão no bojo da democracia blindada acompanha o crescimento das resistências sociais, de modo que os expedientes coercitivos e repressivos são acionados seja de forma *preventiva*, com ameaças prévias que buscam dissuadir as organizações e movimentos a se manifestarem publicamente, seja de forma *punitiva*, com agressões físicas, violência policial, desalojamentos, indiciamentos e prisões de manifestantes que se lançam nas lutas. A aprovação da Lei antiterrorismo em 2016, no segundo mandato da presidente Dilma Rousseff/PT, é um exemplo plausível da institucionalização do autoritarismo e do empenho em garantir a impermeabilidade às demandas populares na democracia blindada.



Demier (2019, p.42), também nos chama atenção para a funcionalidade da atuação do Poder Judiciário (hipertrofiado e, em certa medida, autonomizado) como sustentação e legitimação da democracia blindada brasileira, respaldado na agenda de “combate à corrupção”. Foi nos marcos da investida golpista, sobretudo no pós-golpe, isto é, no curso do governo golpista de Michel Temer, que esta tendência pôde ser constatada. Visto que, ao longo deste governo, de acordo com o autor, verifica-se um processo de *ruptura política entre representantes e representados*<sup>11</sup>, o qual configurou uma “crise orgânica” que acabou evidenciando o “[...] protagonismo do Poder Judiciário no processo político, que se verifica a partir da Operação Lava Jato, capitaneada pelo Ministério Público e pelo, então, juiz Sérgio Moro” (Idem; Ibidem).

A atuação do Poder Judiciário em sintonia com os designios da égide neoliberal e a operacionalização da sua agenda de “combate à corrupção” é extremamente funcional para a sustentação da democracia blindada. A atuação do judiciário desfrutou de amplo apoio dos setores médios, sobretudo, de sua ala mais conservadora, mas também contou, ainda que de forma passiva, com o respaldo dos trabalhadores. De modo que o protagonismo dessa parte da burocracia do Estado brasileiro alcança um patamar de legitimação que foi capaz de incidir no pleito presidencial de 2018, tendo em vista “os riscos”, com a possível vitória de Lula/PT, apresentava para o andamento da “marcha contrarreformista”. É nesse quadro que a investida do poder judiciário assentada na Operação Lava Jato impactou nos rumos do pleito presidencial ao encaminhar a condenação de Lula e decretar sua prisão.

A partir do exposto, é possível identificarmos que a democracia blindada brasileira vinculada à agenda contrarreformista neoliberal não logrou apenas restringir direitos sociais, mas também incidiu nos direitos políticos e civis que foram garantidos na CF-1988. De acordo com Demier (2019, p. 88), ao passo que as liberdades são cerceadas no bojo da democracia blindada, fortalece o outro pilar de sustentação do

---

<sup>11</sup> [...] ao longo do instável governo Temer, pode-se verificar um processo de *ruptura política entre representantes e representados*, no qual o grosso da burguesia brasileira, em meio à interminável crise política, parece vir abandonando pouco a pouco suas lideranças e representações político-parlamentares e aderir, ainda que timidamente, a um novo tipo de liderança, de sabor bonapartista. Tal desconexão entre uma base social e suas representações políticas tradicionais, designada por Gramsci como ‘crise orgânica’, se constitui, a nosso ver, em uma etapa da atual ‘crise de hegemonia’ que se abriu no país com o esgotamento da *concertação social* petista, e que se desenvolve celeremente na medida em que a classe dominante parece não despor de nenhum quadro eleitoral de confiança capaz de obter legitimidade eleitoral para a aplicação, ainda mais intensa, do plano contrarreformista (DEMIER, 2019, p. 42).

regime, isto é, os expedientes de arbítrio e repressão. Desde o Golpe em 2016 esta tendência vem em uma linha crescente no Brasil, não são poucos os exemplos que demonstram esta evidencia, a destacar as ações truculentas da polícia direcionada às manifestações de viés popular/proletário, intervenção militar no Rio de Janeiro, execução da vereadora Marielle Franco (PSOL), entre tantas outras ações.

Demier (2019, p. 89), pondera que é a partir da relação desses elementos supracitados, isto é, de ampliação dos expedientes de arbítrio e de repressão e de utilização de uma ideologia anticorrupção, que foram criadas as condições para que o fascismo ultrapassasse as fronteiras pequeno-burguesas e alcançasse eleitoralmente uma expressão de massas. Este já vinha se desenvolvendo desde o segundo governo Dilma com o avanço do conservadorismo/reacionarismo no interior dos segmentos médios hostis às políticas sociais focalizadas e afirmativas, de modo que, com a manutenção da crise econômica e política, pôde ascender com o apoio de toda a engenharia contrarreformista neoliberal que estrutura a blindagem da democracia.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que desde a crise e supressão da *democracia de cooptação* desenvolvida nos governos petistas, estão em marcha acelerada modificações no conteúdo do atual regime político brasileiro, as quais foram mediadas, inicialmente, pelo governo golpista de Michael Temer, e que estão sendo sustentadas e aprofundadas pelo atual governo de ultra direita de Jair Bolsonaro.

Podemos dizer que, nos marcos da democracia blindada, há um aprofundamento das contradições históricas que particularizam a realidade brasileira. Contradições estas vinculadas às bases escravocrata/colonialista, dependente, autocrática e autoritária as quais jamais foram rompidas em nossa formação econômico-social e que estruturam o aparato estatal nacional.

É diante desse cenário que, nos últimos anos, estamos acompanhando um recrudescimento do conservadorismo e reacionarismo com explícitas tendências fascistas que, aliados aos anseios do capital financeiro e rentista, atravessam todo o tecido social. Verificamos que a democracia blindada brasileira não tem refluído apenas nos direitos sociais, como pode ser constatado na aprovação da Emenda Constitucional-

95-2016, que limita os gastos públicos por vinte anos em investimentos na saúde e na educação; na contrarreforma trabalhista (2017), que precariza, ainda mais, condições e relações de trabalho bem como na contrarreforma da previdência (2019). Essas medidas “austericidas” nos colocam o acionamento das contratendências<sup>12</sup> do capital, que são plenamente postas em processo em determinados regimes políticos, como o que hoje configura no Brasil.

A chegada de Jair Bolsonaro/PSL no executivo federal, em 2018, tem elevado a patamares cada vez mais complexos as características restritivas da democracia brasileira, direcionando para um regime político não só blindado, mas para uma democracia dos blindados, tal como afirma Demier (2019). Nestes marcos, com a restrição máxima das pautas dos segmentos subalternizados e constante ampliação de expedientes de repressão e coerção, de ascensão do fascismo e de avanço da agenda contrarreformista, indagamo-nos quanto ao significado e a urgência da constituição de forças de cariz popular/proletário no interior da sociedade civil para incidir na blindagem da democracia.

Nessa direção, Iasi (2019, p. 438), ao fazer um balanço da Estratégia Democrática Popular e do transformismo que se revelou em seu desenvolvimento, pondera que o gradualismo presente nessa estratégia- perspectiva de acúmulo lento e gradual das forças - acabou por desarmar politicamente a classe trabalhadora para o momento inevitável de ruptura. Diante desse quadro, Demier (2019), em uma análise particular quanto ao caráter blindado da democracia, aponta algumas perspectivas políticas para o seu enfrentamento.

---

<sup>12</sup> a) A intensificação da exploração da força de trabalho, ou seja, todos os meios que permitiriam extrair mais valor do consumo da força de trabalho, aumentando a jornada ou intensificando o trabalho; b) A redução dos salários de maneira a compensar a queda da taxa de lucro com um aumento da mais valia. Aqui operam desde as formas diretas até formas mais sutis e muito eficientes de utilização funcional de discriminações como as de gênero, as de etnia, as relativas às regionalidades ou outras para pagar menos a um ser humano do que a outro; c) Formação de uma superpopulação relativa, literalmente dispor ao capital mais força de trabalho do que aquela que ele de fato irá usar forçando os níveis salariais para baixo; d) Barateamento dos elementos do capital constante tais como novas matérias primas, insumos diversos, o custo dos elementos estruturais necessários à produção (energia, custo da construção civil, rede de transportes, custo de maquinário, etc.); e) Ampliação do mercado externo que é visto por Marx neste momento como apenas a ampliação de mercados para os produtos de uma economia em superprodução, ou para controlar mercados fornecedores de matérias primas. Com a passagem dos monopólios ao imperialismo (LÊNIN, 1976) esta contratendência assume uma dimensão fundamental naquilo que se denominou “exportação de capitais” que levaria a constante partilha e repartilha do planeta pelos monopólios e, depois, as nações que os representam, levando à guerra como forma incontornável desta fase superior do capitalismo; f) Aumento do capital portador de juros, a aplicação do capital em mercados financeiros, títulos de bancos e do tesouro público, ações e outros meios através dos quais as taxas de juros poderiam compensar a queda nas taxas de lucro levando ao que Marx denominava de autonomização da esfera bancária (IASI, 2009, p.37).

[...] o chamado programa democrático-popular – de conquista progressiva das instituições por parte das organizações da esquerda socialista é hoje não só infrutífera, mas delirante e deseducadora. É a atual *democracia liberal blindada* que deve ser solapada para que direitos sejam garantidos e aprofundados. Para tal, o centro das lutas deve estar nas ruas, nas lutas cotidianas da classe trabalhadora e dos oprimidos. Para que tais lutas, por sua vez, possam se desenvolver, se espalhar e adquirir melhor organização, elas necessitarão de confiáveis pontos de apoio, de suportes, de estrutura, de audiência, e de voz. Assim, pequenos e difíceis – porém possíveis – furos na *blindagem* devem ser feitos, não com a crença de que a atual *democracia liberal blindada* possa vir progressivamente se abrir e se metamorfosear em uma verdadeira democracia popular, mas, sim, com a esperança de que, por meio de tais furos, as lutas por direitos aqui de fora possam, ao mesmo tempo, ser alimentadas pelos defensores de direitos lá dentro e, principalmente, acelerar a corrosão das estruturas internas de uma democracia que a cada dia revela seu real conteúdo antidemocrático e antipopular (DEMIER, 2019, pp. 81-82. Grifos do autor).

É notória a significância e a urgência da constituição de forças de cariz popular/proletário no interior da sociedade civil a fim de incidir na blindagem da democracia. Isto é, mais que *estarmos atentos/as e fortes* nesses tempos, é de vital importância a organização política dos setores subalternizados. Nesse cenário é preciso reconhecer algumas ações e tentativas significativas que tentam forjar frentes de disputas no interior da sociedade civil, a destacar a iniciativa de mulheres/feministas em 2018, que dirigiram um movimento histórico contra o fascismo, as iniciativas de Greve Geral em torno da contrarreforma da previdência, as organizações, mobilizações e paralizações contra a perseguição ideológica e corte orçamentários as Universidades e Institutos Federais, em 2019.

Contudo, nosso desafio, ainda, é a constituição de uma unidade entre partidos de esquerda e movimentos sociais capaz de aglutinar o conjunto dos setores subalternizados a fim de consolidar ações contra-hegemônicas efetivas que possam incidir na blindagem da democracia para enfrentar o regime de ultradireita de Bolsonaro e traçar estratégias efetivas em direção à supressão da ordem vigente do capital.

## REFERÊNCIAS

CARCANHOLO, M. D. Inserção externa e vulnerabilidade da Economia brasileira no Governo Lula. In: MAGALHAES, João Paulo de Almeida (Org.). **Os Anos Lula: contribuições para um balanço Crítico 2003-2010**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

DEMIER, F.A. Democracia blindada nos dois lados do atlântico: Formas de dominação político social e contrarreformas no tardo-capitalismo (Portugal e Brasil). In: **Libertas, Revista PPGSS/FSS/UFJF**. Juiz de Fora-MG, v.12 n. 2, p. 1-22, ago-dez, 2013.

\_\_\_\_\_. **Depois do golpe**: a dialética da democracia blindada no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

\_\_\_\_\_; DURIGUETTO, M.L. Democracia blindada, contrarreformas e lutas de classes no Brasil contemporâneo. In: **Argumentum, Revista PPGPS/UFES**. Vitória- ES, v.9 n 2, p. 8-19, mai-ago, 2017.

\_\_\_\_\_. **Crônicas do caminho do caos**: democracia blindada, golpe e fascismo no Brasil atual. Rio de Janeiro: Mauad X, 2019.

DURIGUETTO, M.L. **Sociedade Civil e democracia**: um debate necessário. São Paulo: Cortez, 2007.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológico. 5 ed. São Paulo: Globo, 2006.

IASI, M.L. O PT e a Revolução Burguesa no Brasil. In: IASI, Mauro Luís (Org.). **Política, Estado e ideologia na trama conjuntural**. São Paulo: Instituto Caio Padro Jr, 2017.

LEMOS, R.L.C.N. Contrarrevolução e ditadura: ensaio sobre o processo político brasileiro pós 1964. In: **Marx e o Marxismo, Revista do NIEP-MARX/UFF**. Niterói-RJ, v.2, n.2, jan-jul, 2014.

MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

OLIVEIRA, F. Hegemonia às avessas: decifra-me ou te devoro! In: OLIVEIRA, Francisco et. al (Orgs.). **Hegemonia às avessas**: economia, política e cultura na era da servidão financeira. São Paulo: Boitempo, 2010.

SAAD, A.F; MORAIS, L. **Brasil**: neoliberalismo versus democracia. São Paulo: Boitempo, 2018.